



56ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos

Coalizão pela Dignidade das Pessoas com Deficiência nas Américas

Declaração

As organizações de pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe, reconhecidas pela OEA e pelo sistema das Nações Unidas, articuladas por meio da coalizão pela Dignidade das Pessoas com Deficiência, liderada pela ULAC e RIADIS, convocam os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos a colocarem a inclusão das pessoas com deficiência no centro das políticas de desenvolvimento social, econômico, ambiental e climático.

Pela nossa experiência, uma das estratégias mais eficazes tem sido o fortalecimento das capacidades das próprias pessoas com deficiência e de suas organizações representativas. O treinamento em liderança, defesa e direitos humanos permitiu que mais pessoas participassem ativamente da tomada de decisões e contribuíssem para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Da mesma forma, o acesso a tecnologias assistivas, educação inclusiva, emprego digno e acessibilidade provaram ser ferramentas fundamentais para promover autonomia e participação na comunidade.

No entanto, desafios profundos permanecem. Pessoas com deficiência continuam enfrentando pobreza, discriminação, barreiras de acessibilidade e participação limitada em espaços nos quais políticas que afetam suas vidas são definidas.

Essa realidade é ainda mais crítica para aqueles pertencentes a grupos historicamente sub-representados: pessoas com deficiência que vivem em áreas rurais, povos indígenas, pessoas LGBTQ+, migrantes e refugiados, e aqueles que vivem em extrema pobreza. As múltiplas formas de discriminação que enfrentam aumentam a exclusão e aprofundam as desigualdades.

Portanto, instamos os Estados a garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, sob o princípio do "nada sobre nós sem nós"; garantir acessibilidade universal e acomodações razoáveis; fortalecer os sistemas de proteção social e o apoio à vida independente; investir em educação, emprego e tecnologias assistivas; coletar dados especificados para permitir o desenho de políticas baseado em evidências; e incorporar explicitamente pessoas com deficiência em estratégias de ação climática, gestão de riscos e resposta humanitária.

Também reivindicamos a OEA que fortaleça a cooperação e os mecanismos de acompanhamento para que a deficiência seja transversal em todas as suas agendas e para que organizações de pessoas com deficiência participem de maneira sistemática e diversa nos espaços regionais de tomada de decisão.

Pessoas com deficiência não são beneficiárias passivas do desenvolvimento. Somos agentes de mudança, líderes comunitários, defensores dos direitos humanos, com capacidade para oferecer soluções para os desafios enfrentados por nossas sociedades.

O desenvolvimento integral só será possível quando todas as pessoas com deficiência, em toda a nossa diversidade, participarem em igualdade de condições.

É hora de passar dos compromissos para a ação. Que ninguém fique para trás, e que aqueles que historicamente foram tornados invisíveis finalmente sejam ouvidos, incluídos e reconhecidos como protagonistas do presente e futuro de nossas Américas.